

3.3.5 TURISMO

3.3.5.1 CARACTERIZAÇÃO DE USOS TURÍSTICOS NA ARIEG

O turismo pode ser considerado como vetor de desenvolvimento econômico e social, especialmente em um ambiente extremamente propício, como é o território da Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará, podendo contribuir para o efetivo incremento da qualidade de vida e do uso sustentável dos recursos e atrativos existentes. Todavia, a ocupação excessiva do litoral, a exploração sem controle dos recursos, além da oferta de equipamentos e serviços de maneira desordenada, traz o risco de prejuízos ao ambiente natural e também para turistas e moradores locais, em especial às comunidades autóctones.

Para tanto, diversas metodologias permitem a mensuração dos parâmetros ideais da atividade, dos limites e das medidas para se controlar os possíveis impactos negativos. Além disso, cabe tomar como exemplos as práticas exitosas já consolidadas em destinos diversos (nacionais e internacionais), que podem dar subsídios para a tomada de decisões em relação a tornar o turismo nas APAMs um modelo de excelência, com respeito à cultura, à proteção ao ambiente natural, à geração de renda e proporcionando a melhor experiência aos turistas.

Um ponto salutar é a proteção do ambiente, por meio da instituição da Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, ou até mais de uma, visto que em alguns pontos específicos, há uma sobreposição de categorias, o que confere apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável.

As análises ora apresentadas para o Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará (ARIEG) partem do conhecimento dos tipos de atividades turísticas, esportivas e/ou de recreação e lazer, da infraestrutura e serviços existentes, bem como, de eventos que concentram maior número de turistas em curto período de tempo e que ocorrem em áreas próximas a ARIEG. Conhecer a situação atual é crucial para se compreender os impactos e poder projetar como a ARIEG poderá incrementar a qualidade do turismo de maneira harmônica com os demais setores produtivos e com o ambiente natural.

A região do litoral sul do Estado de São Paulo, onde está inserida a ARIEG tem um histórico relativamente recente relacionado ao segmento turístico, tanto da busca por parte dos turistas, como de mobilização e ações para se organizar as atividades de turismo em diferentes segmentos. Desta maneira este diagnóstico parte de dados e relatórios substanciais, bem como, da efetiva participação social indicando seus anseios e preocupações, haja vista a realização de diversas oficinas durante a elaboração do Diagnóstico Participativo (DP) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Por outro lado, é uma realidade nacional a falta de dados específicos e do monitoramento da atividade, cuja situação será apresentada como lacunas de conhecimento, com indicação de diretrizes para que, no curto prazo, os dados sejam coletados e avaliados, buscando-se sempre o melhor cenário para os destinos turísticos relacionados à ARIEG e áreas de entorno.

De forma geral, o modo tradicional de turismo em São Paulo se baseia no modelo sol e praia, conseqüentemente, a Baixada Santista tornou-se um local de muita procura durante o período de férias por ser de mais fácil acesso da metrópole paulista, no entanto, não tem suportado o grande número de frequentadores. Sendo assim, novas alternativas de lazer foram procuradas, como as praias do litoral sul, onde se localiza a cidade de Ilha Comprida (JUNIOR *et. al.*, 2016). Segundo o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA-CIP), que apresenta sobreposição sobre a ARIEG, o turismo na região baseia-se fortemente em atividades náuticas, como a pesca amadora, a

observação de cetáceos, passeios de escuna, *jet ski*, *stand up*, entre outros. Além da população que afluí para temporadas de férias, ou festas tradicionais da região, há o afluxo de turistas de um dia nos fins de semana e feriados (ICMBio/MMA, 2016).

Nesse contexto, o turismo figura como uma alternativa em expansão, em Iguape, e como a principal atividade geradora de renda da Ilha Comprida (MACHADO & MENDONÇA, 2007). Em Ilha Comprida, por ser um município de emancipação recente (início da década de 1990), a tradição pesqueira é apenas um reflexo do que ocorreu em Iguape (MENDONÇA, 2015). Dias & Oliveira (2015) afirmam que segundo informações da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, este é o município do Litoral Sul que recebe o maior número de visitantes nos meses de alta temporada. De acordo com Becegato (2007), em altas temporadas de veraneio a população normal, de aproximadamente 10 mil habitantes, aumenta para cerca de 150 mil e as infraestruturas urbanas são incapazes de suportar este formidável aumento momentâneo de sobrecarga. Além do turismo, outros empreendimentos que colaboraram para os processos de povoamento na região foram atividades relacionadas à especulação imobiliária, por meio da venda de lotes e terrenos.

Para Dias (2012), a atividade turística torna-se força propulsora do desenvolvimento regional, porém o aspecto destrutivo e predatório do turismo que é observado em outros setores da costa paulista é repetido, embora em menor escala, no Litoral Sul. Nesse sentido, Araripe *et. al.*, 2008 afirmam que o parcelamento do território da Ilha Comprida é algo próximo de 100%, fruto da especulação imobiliária iniciada na década de 1950. Atualmente, no território da Ilha Comprida há dois padrões gerais de organização do espaço: no vértice N/NE, onde está a ARIEG, com prevalência da urbanização e dos processos decorrentes da sua expansão; e no S/SW, onde, predominam comunidades tradicionais ou áreas isoladas com baixa densidade de construções. Em certa medida, a coexistência de ambas nutre-se da unidade proporcionada pelo poder público e pela economia local, onde são marcantes as atividades de comércio, serviços, extrativismo e pesca – atravessadas por investimentos voltados para o turismo, lazer e segunda residência (CAMPOS, 2013).

Com base nessa abordagem conceitual da caracterização geral relacionada ao turismo na região passaremos a descrever os usos turísticos e as potencialidades e boas práticas, contemplando especialmente as contribuições apresentadas no Diagnóstico Participativo da ARIEG (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Elaborado com o objetivo de relatar o processo de desenvolvimento participativo dos diferentes atores sociais relacionados ao segmento turístico-residentes e/ou atuantes na ARIEG esse diagnóstico revelou que em se tratando de usos do território, foram identificadas atividades relacionadas ao turismo e lazer. O anexo 28 mostra o mapa de atividades turístico recreativas da ARIEG.

3.3.5.1.1 Atividades de sol e praia

A Ilha Comprida que, ainda possui praias relativamente limpas, é bastante procurada para turismo de praia e sol. Segundo a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) a estância balneária de Ilha Comprida representa uma das últimas regiões litorâneas do Estado de São Paulo onde os ecossistemas se encontram relativamente pouco perturbados e/ ou poluídos (ALMEIDA, 2008).

Como já foi dito anteriormente, estima-se que nos períodos de alta temporada turística, entre os meses de dezembro e fevereiro, o fluxo turístico aumenta consideravelmente o número de habitantes no município de Ilha Comprida, podendo chegar a 10 vezes o tamanho populacional da cidade. Essa enorme quantidade de pessoas concentra-se basicamente na área denominada “Boqueirão Norte”, local em que fica a sede do município e que concentra o maior número de atividades direcionadas ao turismo de sol e praia.

Assim, na região em que se localiza a ARIEG o turismo de sol e praia é praticado de forma mais incipiente devido a sua distância dos centros urbanos de Ilha Comprida e Iguape. Contudo, existem períodos do ano em que a movimentação turística aumenta significativamente no seu entorno, em especial nas comunidades caiçaras da Barra do Ribeira, Icapara e Vila Nova.

O turismo de sol e praia praticado no município de Iguape concentra-se na comunidade caiçara da Barra do Ribeira e apresenta as mesmas características daquele que ocorre em Ilha Comprida, ou seja, recebe turistas interessados em atividades de lazer e recreação, bem como, alguns que mantêm casas de segunda residência na comunidade. O aumento no número de pessoas nessa localidade durante os períodos de alta temporada também é considerável, mas ainda não mensurado numericamente. A travessia de balsa na foz do Rio Ribeira de Iguape mostra-se como uma das principais dificuldades para o fluxo turístico e, principalmente, para o deslocamento da comunidade residente que necessita se locomover de seu local de residência para locais de trabalho e/ou estudo fora da localidade. De acordo com YKEMOTO (2007), a população que vivia na Barra do Ribeira, que também executava atividades ligadas à agricultura e à pesca, sofreu grandes impactos quando o turismo começou a ser explorado na região, pois não eram capacitados profissionalmente e se sentiram excluídos do processo.

3.3.5.1.2 Atividades Náuticas e esportivas

O Plano de Manejo da APA-CIP diagnosticou que a pesca esportiva e/ou amadora tem destaque nesse segmento, sendo responsável pela ocupação de estabelecimentos de hospedagem, de aluguel de embarcações, pelo setor de serviços ligados à cadeia produtiva, assim como pesca de iscas, guias etc. A demanda por ordenamento de atividades de turismo e pesca profissional foi enfatizada durante as oficinas temáticas, um dos focos centrais do zoneamento e normas propostas daquele Plano (ICMBio/MMA, 2016).

Na região da APACIP, é permitida a atividade de pesca amadora, preferencialmente acompanhada por Condutor de Turismo de Embarcado devidamente cadastrado, na própria UC ou em órgãos competentes (ICMBio/MMA, 2016). Segundo os participantes das oficinas do Diagnóstico Participativo, a pesca amadora é praticada por turistas hospedados em Iguape, muitas vezes causando prejuízos aos pescadores artesanais (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Essa área também é utilizada para atividades de remo e moto aquática na parte estuarina, e por ultraleves no trecho arenoso. Essas atividades foram apontadas também como problemas uma vez que podem comprometer o equilíbrio ecológico da ARIEG (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Nesse sentido, o Plano de Manejo da APACIP identificou um problema que começa a ocorrer, ou seja, o conflito de atividades na zona estuarina pelo uso de moto aquática (*jet ski*), por embarcações velozes que conflitam com o turismo de pesca e de observação, bem como, causam transtornos às comunidades na beira do canal (ICMBio/MMA, 2016).

Alguns prestadores de serviços oferecem passeios de recreação náutica e passeios e trilhas que levam a locais de interesse turístico tanto na área da orla como nas áreas estuarinas, nas quais se inclui o território da ARIEG.

Os esportes náuticos ocorrem pouco na região, apesar do potencial declarado pelo setor de turismo durante as oficinas do Diagnóstico Participativo, restringindo-se a poucos eventos de surf nas praias da Ilha Comprida e à prática ainda pouco difundida da vela (citada por todos os segmentos) e, eventualmente, de canoagem na região estuarina, sobretudo próximo à ARIE do Guará (**Figura 3.3.5.1.2-1**) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Figura 3.3.5.1.2-1 – Os esportes náuticos começam a ganhar força na região da ARIEG e entorno.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida (<http://visiteilhacomprida.com.br/fotos/>)

Embora ainda não navegue nas áreas que incluem a ARIEG, vale citar que a Divisão de Turismo da Ilha Comprida mantém e oferece roteiros turísticos embarcados no Catamarã Maratayama entre Ilha Comprida e Guaraqueçaba (PR) (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 2016).

3.3.5.1.3 Eventos

No território da ARIEG não ocorrem eventos turísticos significativos que movimentem um grande número de pessoas. No seu entorno ocorrem festas religiosas e tradicionais que foram descritas no diagnóstico técnico da APAMLS.

3.3.5.1.4 Atividades de Ecoturismo

O Plano de Manejo da APA-CIP define “ecoturismo ou turismo ecológico” como o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (ICMBio/MMA, 2016).

Atualmente, os municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida recebem grupos de estudantes conduzidos por agências especializadas em atividades de estudo do meio. Contudo, não existem informações precisas sobre as características e números gerais dessa atividade. Sabe-se, porém, que é uma das principais atividades turísticas no período chamado de “baixa temporada”. Na área do entorno da ARIEG destaca-se o trabalho realizado pelas Comunidades Caiçaras da Vila Nova e Barra do Ribeira, ambas localizadas no município de Iguape.

A região também recebe ecoturistas interessados em observar aves silvestres (**Figura 3.3.5.1.4-1**). Alguns passeios náuticos têm o objetivo de promover a observação de aves estuarinas em seus ninhais, o que revela o interesse por parte dos turistas nesse tipo de atividade que cresce a cada ano no Brasil e no Mundo.

Em relação aos programas turísticos mantidos pelas prefeituras, a de Ilha Comprida é a que mais promove e divulga produtos turísticos através do seu portal web oficiais conforme quadro a seguir (ILHA COMPRIDA, 2016):

Quadro 3.3.5.1.4-1 – Roteiros Turísticos (Ilha Comprida).

ATRATIVO/ROTEIRO	DESCRIÇÃO/VOCAÇÃO
Praias	Caminhada em praias desertas, comunidades tradicionais, dunas, vegetação de restinga e observação de aves. Vale mencionar que as Dunas do Araçá, próximas à ARIEG têm sido utilizadas para turismo ecológico.
Observação de aves	Observação de aves (<i>birdwatching</i>)
Maravilha (Mar-Aves-Ilha) da Ponta da Praia	Observação de aves, mirante natural, dunas, vegetação de restinga, artesanato e comunidade pesqueira.
Mar Pequeno – Esportes Náuticos	Prática de esportes náuticos (veleiro, canoa e caiaque).
Catamarã Roteiro: Ilha Comprida - Guaraqueçaba	Turismo náutico, observação de aves marinhas e cetáceos, visita a comunidades caiçaras, vegetação de mata atlântica, manguezais, estuário, entre outros.
Catamarã Roteiro: Ilha Comprida - Marujá	

No interior da ARIEG, podem ser citados como potenciais os seguintes usos: observação de aves; trilha para o mirante natural; passeio nas dunas do Araçá, visitas à vegetação de restinga e manguezal; turismo náutico com observação de aves marinhas, vegetação de mata atlântica, manguezais, estuário, entre outros.

Figura 3.3.5.1.4-1 – Guarás e colhereiros são algumas das aves observadas por turistas na ARIEG.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Comprida (<http://visiteilhacomprida.com.br/fotos/>)

3.3.5.1.5 Turismo comunitário

Na região da ARIEG, existem comunidades que desenvolvem projetos para agregar valor aos recursos naturais e elaborar passeios culturais agradáveis. Nas vilas caiçaras ainda existem fogões à lenha, casas de pau-a-pique de pescadores, que realizam trabalhos manuais de tecelagem de redes para pesca, barcos e canoas artesanais para passeio ou pesca esportiva. A principal comunidade que realiza esse tipo de atividade é a de Vila Nova, pequena e antiga vila de pescadores, onde existe uma antiga capela com o mesmo nome (ALMEIDA, 2008).

O portal web da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida mantém a divulgação do roteiro denominado “Ilhas Caiçaras”, o qual visa a incentivar a visitação das vilas caiçaras. Para tanto, lançou recentemente o catálogo “Ilha Caiçara”, com fotos e histórico das principais vilas do município. O Departamento Municipal de Turismo disponibiliza telefones e serviços oferecidos pelos moradores tradicionais. De acordo com a Prefeitura, duas agências de turismo locais também operacionalizam os roteiros turísticos que levam às vilas caiçaras (PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA, 2016).

Com o objetivo de contribuir para o estímulo da continuidade das tradições culturais caiçaras, foi implantado o Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira. A gestão do Centro é feita pela Associação Jovens da Jureia (AJJ), sendo que este projeto foi selecionado em 2004, pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Entre as atividades do Centro, são oferecidas oficinas de viola, rabeça, dança de fandango, construção de instrumentos e confecção de artesanato caiçara, além de apresentações de grupos de fandango e outras manifestações culturais da região. Além disso, há cursos extras de produção cultural e associativismo, onde a programação é gratuita (YKEMOTO, 2007). Atualmente, a AJJ recebe grupos de turistas para participarem de roteiros educacionais, culturais e comunitários.

Recentemente, integrantes de uma família caiçara residente do bairro Vila Nova, no município de Iguape, aprovaram um projeto no sistema de financiamento colaborativo (*crowdfunding*) denominado “Comida caiçara na Mata Atlântica paulista”. O projeto obteve apoio financeiro para investimento na compra de eletrodomésticos, utensílios, louças, talheres e objetos de decoração, bem como, em reformas e consertos estruturais de um pequeno empreendimento familiar conhecido como “Restaurante da Dona Marília”, o qual serve comida caseira caiçara e ajuda a movimentar a economia da comunidade local. O restaurante atende, sob demanda, grupos que passam pela comunidade a caminho da Estação Ecológica da Jureia ou da Barra do Ribeira, ambos localizados em áreas próximas da ARIEG. Atualmente, o empreendimento atende grupos de alunos de escolas de São Paulo, vindas através de agências especializadas em estudos do meio. A iniciativa contou com o apoio do Instituto Lassus, uma organização que realiza ações vinculadas as artes, cultura, meio ambiente e negócios sustentáveis e atua primordialmente na região do Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo. Vale ressaltar, que o restaurante beneficia toda rede de pequenos empreendedores ligados à operação do restaurante, desde o pescador ao artesão passando pelo grupo de fandango (um gênero musical e coreográfico fortemente ligado à cultura caiçara). De forma geral, o restaurante tem potencial para movimentar toda a economia local, pois adquire de seus vizinhos os gêneros alimentícios que necessita para os seus pratos. Além disso, o fluxo de visitantes atrai turistas interessados em fazer trilhas e passeios de barco pela região.

Essas iniciativas corroboram o DP que através de avaliação conjunta dos subsídios para a gestão permitiu identificar a proposta de “estimular o turismo ordenado e sustentável por meio da criação de programas, inclusive de turismo de base comunitária” para a melhoria dos processos de gestão (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Vale ressaltar que entre os anos 90 e 2000 existiu a Associação dos Monitores Ambientais de Iguape (AMAI), a qual representou uma organização social de extrema importância para a Barra do Ribeira, no sentido de proporcionar melhores condições de vida e de manutenção da cultura caiçara. Dentre outras coisas, a AMAI promoveu o desenvolvimento econômico da região através do trabalho de manejo sustentável dos recursos naturais e do ecoturismo e estimular ações e desenvolver atividades de Educação Ambiental que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade local (YKEMOTO, 2007).

Na mesma comunidade a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) entidade criada em 1993, que nasceu da necessidade de organização da população caiçara contra a ameaça de expulsão dos moradores do local, após a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, trabalham com atividades pontuais relacionadas ao turismo educacional recebendo grupos de estudantes, educadores e pesquisadores ao longo do ano.

3.3.5.1.6 Atividades Científicas e de pesquisa

Não encontramos informações sobre atividades científicas e de pesquisa relacionada ao segmento turístico no território e entorno da ARIEG.

3.3.5.2 AMEAÇAS E IMPACTOS

O turismo de massa, em uma visão superficial, nada mais é do que uma repartição do turismo, sendo considerado, muitas vezes, uma prática de um turismo pejorativo e vulgar devido à grande quantidade de impactos considerados negativos e que são consequentes das práticas desenfreadas e não bem mensuradas dessa atividade. Embora realmente haja diversos impactos negativos que podem ser causados por tal prática, como a falta de respeito dos viajantes direcionada à comunidade local, a prática da atividade turística não pode se relegar, única e exclusivamente a tais imagens degenerativas, visto que tais atividades vão muito além da imagem estereotipada do “turismo de sol e praia” (SANTOS, 2010). Mesmo que a prática social do turismo não requeira, em princípio, que o território seja voltado somente para a sua plena atividade, Mercado e Estado vêm gerando eventos que tendem a induzir a especialização extrema dos lugares. O litoral nordestino brasileiro é um exemplo onde os investimentos para a promoção do turismo se dão de forma massiva por parte dos agentes de mercado motivados por políticas públicas, em detrimento, muitas vezes, dos interesses de comunidades locais (TODESCO, 2007).

Os principais impactos ambientais negativos do turismo são: poluição e contaminação de cursos de água e de praias; poluição atmosférica, visual e sonora; desmatamento, distúrbios à vida selvagem e perda de biodiversidade; congestionamento; compactação, erosão e perda de fertilidade do solo; danos a monumentos, sítios arqueológicos, lugares e construções históricas; choques culturais; transformação dos valores e condutas morais; difusão de epidemias; sexo, crime e mercantilização da cultura (FERRETTI, 2002; DIAS, 2005 *apud*. FANDÉ & PEREIRA, 2014).

No Vale do Ribeira, o Estado apresenta um histórico marcado por uma série de planos, que não saíram do papel ou foram executados parcialmente. Sua incapacidade de gerar respostas às necessidades da população da região suscita a percepção de uma “presença ausente” do Estado até a década de 80. Após esta década, o Estado cessa a elaboração de planos de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, com a extinção da SUDELPA, em 1993, no Governo Fleury. No entanto, o Estado não deixa de atuar no Vale, mas sim modifica consideravelmente sua forma de atuação, delegando, de certa maneira, às organizações do Terceiro Setor, no caso ONGs e Consórcios (de representação mista: setor público e sociedade civil), a incumbência de implementar projetos que visem o “desenvolvimento sustentável” da região, os quais tem no fomento do ecoturismo um de seus componentes. É o que chamamos aqui de “ausência presente” do Estado no Vale do Ribeira (TODESCO, 2010).

Particularmente, o turismo, graças à sua importância econômica e sociocultural, é um importante pilar para a economia e desenvolvimento de muitas regiões, dado que arrasta consigo um conjunto de atividades bastante relevantes e, por isso, os governos regionais e locais interessados em promover o desenvolvimento local e regional veem no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento (MARUJO & CARVALHO, 2010). Por outro lado, o planejamento assumiu “um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o setor gera um largo espectro de impactos, mas também que pode ter um importante papel no crescimento e revitalização social e cultural” (OMT, 2003 *apud*. MARUJO & CARVALHO, 2010).

Nesse sentido, as práticas de planejamento e gestão sustentável do turismo são fatores de vital importância para a sustentabilidade dos lugares e a viabilidade do turismo. Se a atividade turística não

for bem planeada, ela pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e desorganização do setor empresarial prejudicando, deste modo, o ciclo de vida dos destinos turísticos. Por isso, o planejamento do turismo sustentável a nível regional deve levar em atenção o envolvimento de todos os atores do turismo. Só desta forma é que o planejamento minimizará os potenciais impactos negativos, maximizará os retornos econômicos do destino e encorajará um maior envolvimento da comunidade receptora no turismo (MARUJO & CARVALHO, 2010).

Em relação à preservação do Litoral Sul do Estado de São Paulo, além do valor ambiental, há também a preocupação com o valor do patrimônio histórico e cultural desta região, já que ocorre grande diversidade de culturas, além do patrimônio arquitetônico presente em Iguape e Cananéia. Neste sentido, atividades ligadas ao ecoturismo, pesca artesanal e cultivos agrícolas, fundamentais para o rendimento econômico da população local, devem ser orientados visando a sustentabilidade e educação ambiental. Por outro lado, a intervenção antrópica está vinculada, dentre outros usos, à materialização do turismo no espaço, representada pelos loteamentos e inúmeras casas de veraneio, os quais devido sua expansão causam problemas ambientais, decorrentes do impacto destas obras, em áreas naturalmente frágeis. A clara e contundente preocupação dos empreendedores imobiliários em capitalizar os recursos paisagísticos, gera uso irracional e ambientalmente agressivo, visto como alternativa mais viável economicamente e correta para os especuladores (DIAS & OLIVEIRA, 2015).

Na planície costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida, repete-se o fenômeno comum a quase todo o litoral paulista, onde o turismo de balneário cresce a cada dia e uma verdadeira explosão demográfica na região durante as épocas de temporadas. Este turismo de massa é praticado aleatoriamente e promove muitas degradações. São necessárias medidas urgentes das autoridades locais para torná-lo minimamente sustentável, pois inúmeras são as localidades na iminência de colapso total, que conduzem a condições extremamente condenáveis de higiene e saúde pública (ALMEIDA, 2008).

Henrique & Mendes (2001) consideram que neste setor do território paulista, estão concentrados os maiores resquícios de Mata Atlântica e de manguezais, como também se concentra aí a população mais pobre do Estado. A riqueza natural e cultural, presentes nas manifestações folclóricas e no casario colonial, é o atrativo vendido ao turista, enquanto que a população local é induzida a acreditar que o turismo, nos moldes como está sendo praticado, é a saída para seus problemas econômicos, sendo a sustentabilidade do ambiente renegada; o recurso ambiental, que também capta turistas é esquecido, a visão do inesgotável predomina. Na tentativa de contribuir à ocupação da área, esses autores elaboraram um trabalho, desenvolvido no Laboratório de Geomorfologia do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, do IGCE/UNESP – Rio Claro, com apoio da FAPESP, que culminou com um zoneamento ambiental das ilhas de Cananéia, Iguape e da Ilha Comprida.

Por fim, chama-se a atenção para os derramamentos de petróleo que têm trazido recorrentes e graves prejuízos aos ecossistemas costeiros em várias regiões do mundo. O óleo derramado quando atinge a zona litorânea provoca sérios danos à vida selvagem, aos ambientes naturais e às atividades socioeconômicas (e.g., turismo, atividades pesqueiras, extrativistas, maricultura) (WIECZOREK, 2006). Segundo o autor, a avaliação da sensibilidade do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e áreas de entorno, nos seus diferentes aspectos, é a de que a região é altamente sensível a derramamentos de óleo, principalmente o setor estuarino. Muler & colaboradores (2011) indicam que para o Litoral Sul os esforços devem ocorrer no sentido de evitar o contato do óleo com os ambientes costeiros, devido à grande área de manguezais e à presença da Ilha Comprida (que abriga os ambientes costeiros da ação das ondas em Iguape e Cananéia), aumentando ainda mais a sensibilidade da região a derrames de óleo.

Em relação ao turismo praticado na área e no entorno da ARIEG, destacamos que no Diagnóstico Participativo os problemas ambientais que afetam os recursos pesqueiros e a poluição em geral se destacaram, bem como, as propostas e sugestões voltadas à conservação dos recursos e ordenamento territorial. O DP aponta, principalmente, disputas por espaço entre pesca artesanal, a pesca industrial e o turismo com diversos atores; e as disputas por recursos entre pesca artesanal e pesca industrial e pesca subaquática. Nessa direção, foi destacada a existência do conflito entre banhistas e prática de caceio ao longo de toda a Ilha Comprida. Destaca ainda, que turismo foi considerado uma ameaça à ARIEG por ocorrer de maneira desordenada, sem controle de acesso, e, muitas vezes, envolver a derrubada de manguezal para acesso ao estuário. Vale ressaltar, que existem ninhais de guarás e de outras aves nas áreas de manguezais pertencentes a ARIEG e que o turismo praticado de forma desordenada e sem controle poderá causar sérios impactos em toda essa avifauna. Indica-se nesse caso, a realização de estudos científicos para indicar se existe a viabilidade de estabelecimento de roteiros sustentáveis específicos para observação de aves. O turismo de massa na Ilha Comprida foi apontado como um problema no Boqueirão Norte e na Barra do Ribeira (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Em se tratando de usos do território, foram identificadas atividades relacionadas à pesca artesanal e ao turismo e lazer. Deve-se lembrar de que, embora não tenha partido do grupo de pesca amadora, a atividade foi citada como conflitante. Segundo os participantes das oficinas, a pesca amadora é praticada por turistas hospedados em Iguape, muitas vezes causando prejuízos aos pescadores artesanais. Essa área também é utilizada para atividades de remo e moto aquática na parte estuarina, e por ultraleves no trecho arenoso. Essas atividades foram apontadas também como problemas, uma vez que podem comprometer o equilíbrio ecológico da ARIEG. Quanto à pesca amadora o problema se refere à prática ocorrer de maneira irregular, com auxílio de redes, atrapalhando a atividade do pescador artesanal de caceio, rede estaqueada e lanço, uma vez que tiram o ponto de pesca de quem tem registro de pescador profissional. Em relação ao turismo os problemas se devem aos acidentes gerados pelas motos aquáticas em alta velocidade e ultraleves, bem como o barulho envolvendo os equipamentos, que muitas vezes espantam cardumes e aves dos ninhais. Ainda se tratando de turismo foi levantada a ocorrência de barcos de turismo náutico, que buzina ao redor da ARIEG propositalmente para provocar a levatada de aves dos ninhos para que os turistas possam fotografar. Entre os motivos levantados para tal prática está a falta de capacitação dos agentes de turismo na região para práticas de mínimo impacto ambiental. Além disso, cabe lembrar que o turismo foi considerado uma ameaça à ARIEG por ocorrer de maneira desordenada, sem controle de acesso, e, muitas vezes, envolver a derrubada de manguezal para acesso ao estuário. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Destacamos ainda, que o DP aponta que na ARIEG falta ordenamento e acordos com o setor de turismo e outras atividades relacionadas ao trânsito de embarcações, além de loteamentos que existem no entorno da unidade, gerando conflitos. Entre os motivos levantados para tal prática está a falta de capacitação dos agentes de turismo na região para práticas de mínimo impacto ambiental. Além disso, cabe lembrar que o turismo foi considerado uma ameaça à ARIEG por ocorrer de maneira desordenada, sem controle de acesso, e, muitas vezes, envolver a derrubada de manguezal para acesso ao estuário (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

O portal “Guia do Turismo Brasil” informa que a Ponta da Praia, localizada na Ilha Comprida, é um lugar encantador para a observação de aves, lagunas e ter uma visão panorâmica do estuário, do mar e da Serra do Itatins-Juréia. De acordo com o site, esta é uma área muito importante para a conservação das aves no Brasil, sendo que são oferecidos aos visitantes roteiros de observação de aves. Informa ainda, que a Ilha Comprida é um ambiente perfeito para a prática de esportes ligados à

natureza, e para quem gosta de surfar, velejar, andar com canoas e caiaques (GUIA DO TURISMO BRASIL, 2016).

Em relação ao segmento “turismo de sol e praia”, pode-se afirmar que a produção e a destinação de resíduos sólidos e líquidos é a principal ameaça na área da ARIEG. De acordo com Becegato (2007), o município de Ilha Comprida é desprovido de sistema de reciclagem de resíduos domésticos urbanos e os esgotos domésticos e comerciais são parcialmente tratados. Deste modo, os córregos (sangradouros) que se originam na área urbana mais habitada transportam resíduos e a maior parte dos esgotos domésticos praticamente sem tratamento. Em altas temporadas de veraneio a população normal de aproximadamente 10 mil habitantes, aumenta para cerca de 150 mil e quaisquer infraestruturas urbanas são incapazes de suportar este formidável aumento momentâneo de sobrecarga. Para Araripe *et. al.*, (2008), o que se observa é o caos instalado no período denominado de “temporada”, que vai de dezembro até março, onde a população endêmica de 7.500 pessoas aproximadamente é acrescida de uma média mensal de outras 350.000, com todas as demandas inerentes ao ser humano, do consumo de água à deposição de resíduos sólidos e orgânicos, passando pelo consumo sistemático de energia elétrica e combustíveis fósseis no deslocamento veicular pelo espaço da ilha. Apesar deste quadro ofensivo ao frágil ambiente da ilha, é através dele que a maioria da população obtém seu ganha-pão oferecendo serviços aos turistas.

A melhoria de infraestrutura urbana poderá causar um aumento explosivo nos números de moradores e turistas, tornando cada vez mais graves as crises ambientais. Como a Ilha Comprida depende economicamente do turismo e, deverá receber número crescente de turistas em altas temporadas, o problema que, por si só é grave, torna-se mais preocupante por situar-se em uma APA. Os aumentos da população residente e, principalmente da população flutuante, passarão a exigir infraestrutura compatível, para que o município não entre em situação de colapso. Com isso, principalmente em época de alta temporada, os impactos ambientais gerados por lixos urbanos e por esgotos domésticos deverão atingir intensidades assustadoras (BECEGATO, 2007).

Contudo, importante dizer que no trecho compreendido pela ARIEG a pressão causada pela ocupação humana, inclusive de moradores, ocorre no sentido contrário, ou seja, devido à erosão e a fragilidade ambiental da Ponta Norte da Ilha Comprida, a Prefeitura tem buscado realocar os moradores daquele local para outras áreas do município. De todo modo, não deixa de transferir os impactos decorrentes para outras áreas que poderão sofrer diferentes impactos gerados por essa translocação.

Em relação ao turismo de pesca, talvez o principal problema seja a falta de fiscalização do tamanho mínimo de captura dos peixes (CARVALHO & BARRELLA, 2004). Além disso, também é necessária a divulgação das informações por meio de programas de educação ambiental, tanto para os pescadores desportivos como para os guias, pilotos e população local (BRASIL, 1998 *apud*. CARVALHO & BARRELLA, 2004). Para tanto, é importante levar em consideração as interações positivas da pesca artesanal com o turismo e a pesca amadora são consideradas devido ao aumento da venda de pescado para estes visitantes, bem como, as interações negativas relacionadas a disputa por espaço, tendo sido apontado no DP que os pescadores amadores passam por cima das redes de pesca artesanal, além de ocorrer ancoragem de barcos de amadores em locais que atrapalham a pesca artesanal. Atualmente, a pesca amadora é considerada como uma prática muitas vezes em desacordo com a legislação vigente, citada, nesse sentido, nas interações negativas, em particular a pesca subaquática (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Durante as oficinas de Diagnóstico Participativo foram colocado pelos participantes das oficinas que as potencialidades ligadas ao turismo na região se devem, principalmente, ao desenvolvimento do turismo

com base comunitária, turismo náutico, turismo educacional, e turismo para observação de fauna (aves e animais marinhos). E que para o desenvolvimento da potencialidade turística, são necessárias ações de capacitação de funcionários e comunidades, divulgação de roteiros, estudos de mercado e melhorias na infraestrutura de locais interessantes para visitação, especialmente de recepção de turistas nas comunidades. E que essas ações precisam do envolvimento de diferentes atores, como as comunidades locais, empresas e agências de turismo, governos municipais e estaduais (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Na área norte a abertura do Valo Grande aumentou o fluxo de maré e a ação erosiva da desembocadura de Icapara, o volume de sedimentos transportado pelo Valo Grande provocaram a erosão das suas margens, o assoreamento do Porto de Iguape e a destruição quase total da praia do Leste a desembocadura de Icapara ocorrem processos de agradação que promove o crescimento da porção NE da Ilha Comprida e o recuo da margem situada em Iguape (TESSLER; MAHIQUES 1993; TESSLER *et. al.*, 1990; NASCIMENTO JUNIOR, 2006; TESSLER *et. al.*, 2006; DAEE; GEOBRÁS, 1966; *apud*. CAMPOS, 2013). A análise desses processos geológicos será detalhada no item **3.1.- Meio Físico.**

Vale citar que os processos erosivos que ocorrem ao longo de todos os canais estuarinos também podem ser causados e/ou acentuados pelo tráfego de grandes embarcações com motores de alta potência. De acordo com o plano de manejo da APACIP, um problema que começa a ocorrer é o conflito de atividades na zona estuarina. O uso de moto aquática (*jet ski*) e das embarcações velozes que conflitam com o turismo de pesca e de observação causam transtornos às comunidades na beira do canal. Agravando essa situação, o processo de erosão costeira pode ser acelerado pelo deslocamento de massas de água (marolas) com a passagem de embarcações (ICMBio/MMA, 2016). Nesse sentido, Campolim & colaboradores (2008) verificaram que em alguns casos o transporte náutico turístico transgredir normas de navegação e segurança e citam barcos superlotados sem equipamentos de segurança adequados e trânsito de embarcações e motonáuticas abusivo.

De certa forma, podemos citar o fluxo turístico de embarcações entre as ilhas de Cananéia e do Cardoso como um possível exemplo de ameaça relacionada à erosão das margens dos canais. O laudo técnico emitido pelo Instituto Geológico, em resposta a consulta encaminhada a Fundação Florestal pelo Ministério Público Estadual – GAEMA – Núcleo II - Vale do Ribeira, sobre o processo de “realocação de moradores da comunidade tradicional da Enseada da Baleia em razão da possibilidade de rompimento da Ilha do Cardoso e regularidade da destinação das moradias aos ocupantes tradicionais da comunidade” entende dessa forma ao sugerir: *a elaboração, com urgência, de um regulamento para o tráfego de embarcações ao longo de toda a laguna de Ararapira, estipulando limites para: o tamanho e a potência dos motores das embarcações, a distância da margem e a velocidade máxima de navegação, bem como o número de embarcações a trafegar por um mesmo trecho ao mesmo tempo.*

No que tange as atividades relacionadas ao segmento do ecoturismo, sabe-se que a região apresenta grandes potencialidades para desenvolvimento de ecoturismo e/ou geoturismo (ALMEIDA, 2008). Embora, manguezais, sambaquis e dunas eólicas existentes na área, sejam considerados áreas de proteção permanente, pelas leis vigentes, vêm sendo visitadas mais frequentemente e sem qualquer controle por turistas completamente despreparados (ALMEIDA; SUGUIO, 2010). No caso da ARIEG, deve-se direcionar especial atenção para as áreas de manguezal, o qual foi considerado imprescindível para uso de espécies marinhas de peixes, aves e crustáceos como área de berçário, ou seja, do qual depende a reposição de indivíduos às populações. Além disso, a área foi considerada um importante

ponto de repouso de aves migratórias, que muitas vezes a utilizam também para construção de ninhais (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Como o manguezal constitui uma APP (Área de Preservação Permanente), os turistas deverão ser alertados para os cuidados necessários. Todas as atividades desenvolvidas nos roteiros turísticos em manguezais devem levar em consideração as boas práticas do ecoturismo, com medidas efetivas que assegurem a satisfação do turista, sem descuidar da sua conservação. As atividades turísticas devem ser estabelecidas pelas autoridades para despertar a comunidade local para a importância do manguezal e, com isso, criar uma nova fonte de renda para economia local. (ALMEIDA, 2008).

Finalmente, em relação às ameaças que o segmento turístico pode trazer para a prática do turismo de base comunitária destacamos o caso emblemático da comunidade que vivia na Barra do Ribeira uma vez que sofreu grandes impactos quando o turismo começou a ser explorado na região, pois não eram capacitados profissionalmente e se sentiram excluídos do processo. O turismo era movimentado apenas por veranistas (segunda residência), que acabaram sendo os principais responsáveis pelo incremento do comércio e outras atividades relacionadas ao turismo na região, sendo que foram os mais beneficiados pela atividade turística, e que poucas vezes contratavam a mão de obra local. Aos poucos, os moradores tradicionais da Barra do Ribeira foram participando da atividade turística, oferecendo serviços de caseiro ou até mesmo alugando suas próprias casas para temporada ou finais de semana, atividade que até hoje continua sendo a maior fonte de renda junto com a pesca da manjuba, em que aproveitam a alta temporada, de dezembro a fevereiro, para tirar o sustento do ano inteiro. Pode-se dizer que o turismo trouxe à Barra do Ribeira vantagens (empregos sazonais) e desvantagens, entre elas a degradação ambiental e a descaracterização do meio e da sociedade local com a introdução de hábitos e costumes diferentes dos nativos. Nota-se que tanto para o exercício da atividade turística como para a implantação de unidades de conservação é necessário que haja a o envolvimento da comunidade local para assegurar que os impactos sociais e ambientais sejam amenizados. Observa-se que esta questão se torna mais urgente, devido à existência de populações tradicionais na região da Barra do Ribeira. A participação local vista como um processo vai muito além da simples divisão de benefícios sociais e econômicos. Contempla a capacitação de pessoas, incentivando sua mobilização, e que administrem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas (YKEMOTO, 2007). Esse processo funciona como um catalisador para estimular a autoconfiança da comunidade, enfatizando a importância da participação das instituições locais, tanto formais quanto informais (KINKER: 2002 *apud*. YKEMOTO, 2007).

3.3.5.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO

Segundo a OTT (1978), um indicador é um meio encontrado para reduzir uma ampla quantidade de dados a uma forma mais simples de informação, retendo o significado essencial do que está sendo perguntado. Considerando que os impactos oriundos da atividade turística possuem natureza e magnitude diversa na interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores, pode-se afirmar que os impactos, sejam estes positivos ou negativos, estão em constante transformação e desta forma, é de suma importância o estabelecimento de indicadores de monitoramento para um melhor planejamento e gestão desta atividade que impacta as comunidades receptoras e ecossistemas que servem de lócus a prática do turismo.

O foco de investigação são os projetos de desenvolvimento turísticos, os destinos e as empresas que prestam serviço ao setor, de modo que seja possível identificar as ações necessárias para influenciar os “produtores”, do lado da oferta, e “consumidores”, do lado da demanda, no intuito de se alcançar efetivamente o turismo sustentável, de acordo com a visão do desenvolvimento sustentável. Essas

investigações devem possibilitar o monitoramento das situações de sustentabilidade do turismo e deduzir possíveis medidas futuras para uma área definida a partir de insights sobre as experiências vivenciadas e registradas na área de investigação e as decisões influenciadas por elas (OLIVEIRA, *et. al.*, 2011).

Em um estudo específico, Oliveira e colaboradores (2008) propuseram estratégias de gestão visando a contribuir com a conservação e recuperação de áreas degradadas na APA Litoral Sul de Sergipe. Para tanto, utilizaram indicadores de sustentabilidade a partir do estabelecimento de uma matriz de indicadores de pressão, impacto, estado e resposta, os quais contribuirão para a recuperação das áreas degradadas. Segundo eles, esses indicadores são instrumentos importantes para nortear a gestão integrada e participativa da APA por considerar aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos.

É com base nos mais de 120 indicadores de sustentabilidade para a atividade turística, apontados por Choi & Sirakaya (2005) que são elencados a seguir, com algum grau de adaptação relativo as realidades locais e em consonância com os atuais e potenciais usos turísticos da região e impactos socioambientais correlatos, os indicadores de monitoramento para o desenvolvimento de um Turismo Sustentável na região da APAMLS e ARIEG. Por meio destes será possível monitorar, no tempo e espaço, aspectos diversos da atividade turística para a região, como por exemplo: caracterização do setor: motivação, grau de satisfação, sazonalidade; impactos gerados e estresse sobre ecossistemas, bens e serviços; estado de conservação e resultados de ações de conservação em ambientes naturais.

Quadro 3.3.5.3-2 – Indicadores de monitoramento para a atividade turística na ARIE Guará.

Temas-chave	Indicadores
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	
Perfil do turista	- Idade, gênero, estado civil, renda, se acompanhado, grau de instrução, origem, gastos, motivação, atrativos visitados, grau de satisfação, frequência de visitação, taxa de retorno, meio de hospedagem utilizado. (Indicador a ser obtido por meio de aplicação de questionário decenal).
Relevância socioeconômica do Turismo	- Percentual de estabelecimentos turísticos; - Porcentagem de estabelecimentos comerciais relacionados com o turismo abertos o ano inteiro; - Percentual de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor; - Rendimento médio em comparação a outros setores da economia; - Grau de Preservação dos Recursos Turísticos; - Número e porcentagem de empregos relacionados com o turismo que são permanentes – válidos o ano inteiro (comparado com os empregos temporários); - e mulheres) empregados no turismo (também uma razão entre empregos relacionados com o turismo e a população total empregada); - Número de imóveis regularizados ao longo do tempo; - Número de construções sustentáveis ao longo tempo; - Porcentagem de habitantes que acreditam que o turismo tem ajudado a trazer novos serviços de infraestrutura (baseado em questionário); - Número e capacidade dos serviços sociais disponíveis para a comunidade (porcentagem atribuível ao turismo);
Relevância socioeconômica do Turismo	- Cumprimento da legislação trabalhista pelos empreendimentos turísticos; Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Existência ou uso de processo de planejamento/desenvolvimento do turismo local; - Percentual do setor do Turismo na composição do PIB Municipal.

Temas-chave	Indicadores
Sazonalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Razão de turistas para locais (média e período de pico/dias); - Percentual de empregos permanentes relacionados ao turismo em comparação aos empregos temporários; - Chegadas de turistas por meses ou trimestres (distribuição ao longo do ano); - Controle da intensidade do uso através do Número total de chegada de turistas (média, mensal, na alta estação) e do Número de turistas por m² no local (p. ex. nas praias, atrações), por km² da destinação; - Taxas de ocupação para acomodação licenciada (oficial) por mês (períodos de pico comparados à baixa estação) e porcentagem de todas as ocupações por mês ou trimestre; - Percentual de estabelecimentos que compõe as atividades características do Turismo abertos o ano todo.
Dependência e exclusão econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo; - Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Razão da empregabilidade entre os diversos setores econômicos (série histórica); - Acompanhar a evolução de indicadores de qualidade de vida, tais como IDH e outros.
INDICADORES CULTURAIS	
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de feiras e exposições de artesanato; - Razão quantitativa e qualitativa entre a produção local e as peças expostas em feiras; - Tipo de matéria-prima e identidade cultural do artesanato produzido; - Interação dos empreendimentos turísticos com o artesanato local.
Eventos culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de eventos; - Local de realização; - Finalidade principal do evento: fins turísticos ou fins socioculturais.
Comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento quantitativo e qualitativo das comunidades tradicionais existentes na região: número de famílias, idade, gênero, renda, saberes, atividades econômicas, etc. - Abandono de atividades tradicionais devido ao turismo; - Grau de satisfação e envolvimento com o turismo das comunidades tradicionais (Indicador a ser medido por meio da aplicação de questionários); - Receita gerada pelo turismo (porcentagem do total de receita gerada pela comunidade); - Nível de participação local nas consultas relativas as ações de desenvolvimento do turismo local; - Marginalização de populações locais por falta de acesso aos benefícios econômicos do turismo; - Número de autorizações diretas ao longo do tempo; - Áreas manejadas ao longo do tempo; - Quantidade de recursos manejados ao longo do tempo.
Patrimônio histórico	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de bens materiais e imateriais; - Estado de conservação dos bens materiais; - Recursos destinados anualmente para a conservação e manutenção dos bens culturais.
INDICADORES AMBIENTAIS	
Poluição das águas	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da qualidade dos corpos hídricos ao longo do tempo; - Balneabilidade de rios e praias; - Percentual de esgoto tratado; - Frequência de doenças hídricas; - Sítios contaminados; - Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Poluição do solo	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de lixo gerado (tonelada/mês); - Volume de lixo reciclado (tonelada/mês); - Quantidade de lixo jogado nas praias por mês; - Sítios contaminados; - Frequência de acidentes no turismo envolvendo contaminação por hidrocarbonetos.
Supressão de vegetação	<ul style="list-style-type: none"> - Número de imóveis regularizados ao longo do tempo; - Número de construções sustentáveis ao longo tempo; - Número de hectares de vegetação nativa desmatada para implantação de infraestrutura turística.

Temas-chave	Indicadores
Degradação da paisagem	- Contraste entre as intervenções antrópicas para fins turísticos e o ambiente natural original e edificações tradicionais da região. (Indicador a ser medido através de questionário sobre a percepção tanto de turistas quanto de moradores locais sobre a paisagem do local).
Capacidade de suporte	- Controle da intensidade do uso através do número total de chegada de turistas (média mensal na alta estação) e do número de turistas por m ² nos atrativos (praias, ilhas, etc.), por km ² na destinação; - Capacidade de suporte para a exploração do recurso pesqueiro em torno das ilhas, parcéis e costões rochosos.
Processos erosivos e de assoreamento costeiro e corpos d'água	- Monitoramento da deposição e retirada de sedimentos em áreas adjacentes a intervenções antrópicas para fins turísticos (piéres, molhes, emissários, plataformas, hotéis, casas e prédios de veraneio, estruturas de apoio náutico).
Água	- Razão entre a disponibilidade e consumo total associado ao turismo (litros/dia); - Economia de água (porcentagem de consumo reduzido, de água recapturada ou reciclada); - Porcentagem de estabelecimentos turísticos com água tratada em padrões internacionais de potabilidade; - Porcentagem de estabelecimentos turísticos (ou acomodações) com sistemas de tratamento.
Energia	- Consumo per capita de energia de todas as fontes (o total, e pelo setor de turismo, por pessoa, por dia); - Porcentagem de empresas que participam de programas de conservação de energia ou que aplicam políticas e técnicas de economia de energia; - Porcentagem de consumo de energia de fontes renováveis (nos destinos e nos estabelecimentos).
Saúde	- Frequência de doenças oriundas da água; - Número/porcentagem de visitantes que relatam doenças oriundas da localidade investigada; - Porcentagem de esgoto tratado (níveis primário, secundário ou terciário).

3.3.5.4 IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS CRÍTICAS / VULNERÁVEIS

A extremidade nordeste da Ilha Comprida compreende a interface entre três sistemas deposicionais ativos interdependentes: o marinho, o lagunar e o fluvial (LIMA & OLIVEIRA; 2012). Historicamente, é destacada a influência da abertura do canal artificial do Valo Grande nas mudanças ocorridas na extremidade NE da Ilha Comprida desde então. Seu estabelecimento foi fator de incremento ao deslocamento do canal de Icapara nesse rumo (com conseqüente crescimento da barreira e erosão da praia do Leste), através do qual a ilha adquiriu cerca de 10% de seu tamanho atual em apenas 130 anos, enquanto o restante da ilha (antes do Valo Grande) aparentemente levou mais de 5.000 anos para ser construído (GIANNINI *et. al.*, 2003b; GIANNINI *et. al.*, 2008, *apud.* NASCIMENTO JR, *et. al.*, 2008).

O DP elencou as áreas apontadas como vulneráveis que necessitam de atenção para conservação e para planejamento de uso e que devem ser destacadas nas discussões do zoneamento e PM, a saber: Barra de Icapara, Barra do Ribeira e praias de Ilha Comprida. As primeiras foram citadas devido ao processo erosivo que vêm sofrendo, de acordo com os pescadores artesanais; a última foi citada pela pressão sofrida pelo turismo de massa, que gera muitos resíduos. Barras e praias também foram apontadas como áreas de relevância ambiental, uma vez que as barras, de maneira geral, são locais de passagem de cardumes de diversas espécies para áreas de reprodução e criação de alevinos e praias são importantes áreas para descanso e forrageio de aves residentes nesse sistema e aquelas migratórias, fatos que ressaltam a importância desses ambientes para as discussões do Zoneamento e Plano de Manejo da ARIE Guará. O exemplo da extinção da Praia do Leste, localizada na área de

entorno da ARIEG no município de Iguape, é um fator que ressalta a importância da abordagem sobre a dinâmica das praias nas discussões do zoneamento e PM (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Sem dúvida, a prática do turismo de massa no município de Ilha Comprida é o principal problema a ser enfrentado na gestão da ARIEG. Essa prática desordenada na alta temporada gera lixo e degradação ambiental colocando em risco e estado crítico todos os ecossistemas costeiros presentes na UC. O caso específico do manguezal merece especial atenção, pois ocorre interferência antrópica direta através da construção irregular de trapiches e de residências com a retirada da vegetação para o acesso ao canal estuarino.

3.3.5.5 LACUNAS DE CONHECIMENTO

O papel do Estado e do município na organização do turismo é fundamental para garantir o desenvolvimento da atividade, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos. A ausência de políticas que coordenem a expansão do turismo contribui para que as comunidades das localidades onde ele ocorre não participem do seu processo de desenvolvimento, embora sejam submetidas a todas as consequências, boas e ruins, provocadas pela atividade. O que fica claro é que a implantação da atividade turística deve ser antecedida de um planejamento. É importante lembrar que o planejamento tem a tendência de se impor à população, porém os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região. Por isto vemos a necessidade de um planejamento participativo (PRETTI, 2008).

No caso das ARIEs, torna-se fundamental que o planejamento do turismo seja realizado de forma integrada entre estado e municípios, uma vez que a sua gestão não depende única e exclusivamente do Estado, como é o caso dos Parques Estaduais por exemplo.

Conforme mencionado anteriormente, durante o processo de elaboração do Plano de Manejo da APACIP foi detectado que apesar de todas as evidências de que o turismo é a base econômica da região da APA CIP é difícil mensurar a atividade, ou melhor, o leque de atividades ligadas a essa cadeia produtiva em toda a região. A falta de registros, informalidade, sazonalidade, complementaridade de atividades, são lacunas que demandam pesquisas e levantamentos a partir da articulação com os profissionais através de suas associações e sindicatos para que se possa dimensionar os efeitos do turismo nessa UC. Nesse sentido, verifica-se a urgência de levantamento de informações para o devido monitoramento do estuário, não apenas pelos conflitos que resultam, mas também para a definição da capacidade suporte para as respectivas cargas das diversas atividades, com impactos na qualidade e na quantidade de recursos pesqueiros, que são necessários à sobrevivência das comunidades tradicionais, e biota protegida pelos vários instrumentos e certificados nacionais e internacionais na região do Complexo Estuarino Lagunar (ICMBio/MMA,2016).

Ressalta-se, o incipiente ou inexistente trabalho sistemático voltado ao planejamento e gestão pública do turismo para a região. Conforme verificado, o município em que a ARIEG está inserida não possui publicado inventário da oferta turística, e muito menos, Plano Gestor e/ou Diretor de Turismo.

Acreditamos que o cenário descrito acima também se aplica ao território que compreende a ARIEG e seu entorno. Contudo, algumas lacunas específicas serão apontadas a seguir com base nos estudos realizados na região e de forma a indicar pontos específicos em que se necessita aprofundar a investigação técnica e/ou científica para melhorar mensurar e avaliar não só as ameaças e possíveis impactos da prática desordenada do turismo na ARIEG, mas também as potencialidades existentes na região que podem servir de base para a criação de programas turísticos ordenados e sustentáveis.

O plano de manejo da APACIP indica que o turismo na região baseia-se fortemente em atividades náuticas, como a pesca amadora, passeios de escuna, *jet ski*, *stand up*, entre outros, sendo que as mesmas foram investigadas associadamente durante os estudos que resultaram no plano. Nesse sentido, indica a urgência de levantamento de informações para o devido monitoramento do uso do estuário não apenas pelos conflitos que resultam, mas também para a definição da capacidade de suporte para as respectivas cargas dessas diversas atividades, com impactos na qualidade e na quantidade de recursos pesqueiros necessários à sobrevivência das comunidades tradicionais e biota protegida pelos vários instrumentos e certificada nacional e internacional na região do complexo estuarino lagunar (ICMBio/MMA, 2008).

Um segundo ponto bastante importante refere-se ao desconhecimento dos moradores e turistas em relação a existência e importância da APAMLS. Uma pesquisa demonstrou que 93% dos habitantes, considerados numa amostragem de 2,7% da população, não possuem qualquer conhecimento sobre a condição ambiental do município, não fazendo ideia do que significa o termo APA (ARARIPE, *et. al.*, 2008). Essa situação também vale para a ARIEG, bem como, para outras UC's da região, uma vez que ocorre sobreposição de áreas entre algumas delas, contribuindo assim, para o aumento do desconhecimento e/ou a existência de dúvidas em relação a sua existência e objetivos. Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas de opinião pública poderão gerar preciosas e importantes informações capazes de servirem como base e subsidiarem a elaboração de programas de educação patrimonial e ambiental na região, bem como, servirem de subsídios para a criação de plano de integrados de gestão turística. No caso, pesquisas como a de Araripe *et. al.*, 2008 devem ser refeitas de tempos em tempos com a finalidade de manter atualizadas essas importantes informações.

Hoppen e colaboradores (2013) mostraram a percepção dos representantes de instituições locais ligadas ao turismo no município de Ilha Comprida, iniciando uma discussão sobre o assunto. O artigo não abordou problemas ambientais ligados à sustentabilidade como o controle e a fiscalização de exploração turística em APA de Ilha Comprida, coleta e deposição de resíduos provenientes do meio urbano e do turismo, razão pela qual seria interessante que outras pesquisas fossem realizadas para que um volume maior de informações seja agregado continuamente, tornando a base de dados cada vez mais consistente, além de, expandir a coleta para outros segmentos tais como: a população local e o turista.

Em relação ao tráfego de embarcações, durante as discussões do processo de elaboração do plano de manejo da APACIP relacionados aos regramentos para o estuário não foi possível um consenso ou parâmetros técnicos capazes de nortear uma definição para esse fator de pressão. Assim, esta demanda voltou-se ao programa de pesquisa, com vistas a estabelecer, com estudos aprofundados, possíveis limites de velocidade no estuário (ICMBio/MMA, 2016). Sem dúvida, essa é uma das mais importantes lacunas de conhecimento existentes na região, pois podem afetar diretamente os ecossistemas da região, bem como, os mamíferos marinhos e outros animais que vivem ou visitam todo o território. Paralelamente, podem afetar também as comunidades tradicionais que vivem em áreas do entorno da APAMLS e no caso da ARIEG, podem afetar moradores locais e residências de veranistas.

Importante voltar a ressaltar novamente a existência de laudo técnico emitido pelo Instituto Geológico em relação ao tráfego de embarcações que navegam *ao longo de toda a laguna de Ararapira e que estipula limites para o tamanho e a potência dos motores das embarcações, a distância da margem e a velocidade máxima de navegação e o número de embarcações a trafegar por um mesmo trecho ao mesmo tempo* (SOUZA, 2015). Nesse caso, pode-se traçar um paralelo entre a fragilidade ambiental da área onde localizam-se a comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada no Parque Estadual da

Ilha do Cardoso e que recentemente sofreu impactos diretos causados por um acidente com embarcação turística e também por um desastre natural, e a da Ponta Norte, localizada no extremo Norte do município de Ilha Comprida, aonde existem atividades turísticas embarcadas que poderão causar impactos na área sujeitando-a aos riscos de erosão. Sobre as atividades ligadas à pesca amadora e/ou esportiva, não existe uma organização formal do setor, no entanto o que ocorre no território é que geralmente Marinas e Pousadas especializadas na pesca amadora contrataram guias e roteiros, oferecendo os roteiros de pesca na região. No entanto, não existem muitos dados compilados e/ou publicados para que se possa fazer uma análise mais aprofundada. O trabalho intitulado “Diagnóstico da Pesca Amadora” realizado na área estuarina do município de Cananeia pode ser utilizado para a ARIEG para fins de gestão da atividade (MOTTA *et. al.*, 2016).

Em função disto, parece indispensável um melhor acompanhamento técnico-científico dessa atividade, além de um processo de ordenamento voltado para a sua expansão, comprometido com o uso sustentável dos recursos e com a eliminação de potenciais conflitos entre os diferentes usuários dos recursos pesqueiros (DIAS NETO & DORNELLES, 1996 *apud*. SOUZA, 2004). Nesse sentido, ressalta-se que acaba de ser aprovada a profissão de Conductor de Turismo Embarcado, cuja organização poderá contribuir para a regularização e ordenamento dessas atividades (ICMBio/MMA, 2016). Diante disso, entende-se que existe a necessidade imediata de se levantar informações precisas sobre todo o segmento na região visando a entender como se dá a dinâmica de seu desenvolvimento na área de forma a identificar e a mensurar quais os impactos negativos que a atividade causa na área da ARIEG (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

De forma geral, a visitação em áreas naturais deve procurar minimizar os impactos negativos da atividade e a maximizar a qualidade da experiência do visitante (BRASIL, 2003 *apud*. MOAES & LIGNON, 2012), sendo necessária a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto, assim como o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais.

Com base nisso, percebe-se que ainda não há qualquer referência a estudos sobre capacidade de carga ou de suporte em áreas de manguezal (MOAES & LIGNON, 2012). Assim, nota-se que existe a necessidade real de se estabelecerem critérios de visitação baseados em estudos científicos de capacidade de suporte desses ecossistemas em toda a região. Embora a visitação *in loco* seja muito procurada principalmente por estudantes que participam de atividade de estudo do meio, via agências de viagens, o impacto causado pela passagem desses grupos de fato existe e precisa ser mais bem analisado. No PEIC a utilização de plataformas suspensas tem se apresentado como uma alternativa menos impactante e que atende parcialmente as necessidades dos grupos de turistas. Ferramentas multitemporais, como imagens de satélite, fornecem uma visão dinâmica das alterações que se processam ao nível da paisagem, sendo fundamental a aplicação destas para o planejamento, monitoramento e gestão ambientais (CUNHA-LIGNON & MENGHINI, 2009).

3.3.5.6 POTENCIALIDADES / OPORTUNIDADES

A região em que se encontra a ARIEG apresenta algumas iniciativas interessantes relacionadas principalmente ao turismo de base comunitária e ao turismo pedagógico ou educacional.

Apesar de representarem ameaças se praticados de maneira desordenada e irregular, algumas atividades também representam potencialidades para a gestão e usos sustentável da ARIE Guará, devido às características ambientais e demanda das práticas que podem ser observadas, desde que adotados hábitos de baixo impacto. Neste sentido pode-se citar a prática de ecoturismo, seja de base

comunitária, para práticas de esportes ou com fins educativos e pedagógicos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Também existe um grande potencial para a criação e/ou ampliação de roteiros relacionados a observação de aves (*birdwatching*).

Assim sendo, especial atenção merece todo o processo de ordenamento turístico proposto para a comunidade do Marujá, descrito aqui anteriormente. Campolim & colaboradoras (2008), ressaltam que o reconhecimento desse processo tem se dado por meio da frequente consulta e visitas técnicas de entidades governamentais e não governamentais que atuam com UCs no Estado de São Paulo, além de outros Estados. Além disso, outra forma de reconhecimento se deu através do Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, recebido em dezembro de 2002, com o artigo “O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso”. Os benefícios refletem, ainda, nas atividades turísticas do Vale do Ribeira como um todo, aumentando a demanda para o comércio e serviços receptivos da região e a procura por outras Unidades de Conservação, favorecendo ainda as agências emissivas dos centros urbanos. Outro resultado expressivo é que as ocorrências criminais e de danos ambientais vinculadas à visitação pública nessa comunidade, diminuíram drasticamente desde o início das atividades (verão de 1997/1998) (CAMPOLIM *et. al.*, 2008).

Em estudo recente, Marinho (2013) conclui que o estudo de caso realizado no Marujá possibilitou a comprovação da hipótese central de sua pesquisa, ou seja, da existência de uma modalidade singular de gestão comunitária (autogestão) e gestão compartilhada (cogestão) entre a comunidade do Marujá, o PEIC e outras áreas protegidas de Cananéia, em uma porção expressiva do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Modalidade essa que é mantido, fundamentalmente, pela comunidade do Marujá, por meio de sua instância política de organização, a AMOMAR. Respalda-se nos acordos firmados com o PEIC (Plano de Manejo e atas do Conselho Consultivo), com órgãos vinculados a pesca e também com outras UCs.

Sem dúvida, outro exemplo de boa prática relacionada ao turismo comunitário é o caso da Comunidade Quilombola do Mandira, localizada na região continental da cidade de Cananéia. Por conta da diversidade de atividades turísticas, incluindo roteiros educacionais, os mandiranos hoje se tornaram uma referência entre as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Tornaram-se referência também de empreendimentos mercadológicos de cunho totalmente sustentável e relativamente bem sucedidos. Evidentemente que, como todo empreendimento e como toda comunidade, têm problemas. Entretanto, o apoio constante de seus parceiros tem colaborado para que essas dificuldades sejam vencidas. No plano das conquistas materiais, o resultado concreto é perfeitamente mensurável, como bem demonstrou a análise de Gouveia (2010 *apud*. LUCIO, 2013). Do ponto de vista sociológico, é importante ressaltar o grande papel que a atividade do turismo hoje tem representado para, pelo menos, a preservação de algumas práticas culturais de caráter religioso (em particular a festa de Santo Antônio e o Terço Cantado) que, inseridos na programação cultural, acabam sendo fortalecidos na memória e nas práticas dos mais jovens, o que pode, a médio e longo prazos, fazer com que permaneçam (LUCIO, 2013).

Esses dados corroboram com o que foi apresentado no Diagnóstico Participativo, ou seja, que as potencialidades ligadas ao turismo se devem, principalmente, ao desenvolvimento dos turismos de base comunitária, náutico, para observação de fauna (aves e animais marinhos), ecoturismo e turismo em locais especificados na ARIE do Guará. O potencial está relacionado aos recursos naturais existentes na ARIEG. O turismo é considerado potencialidade se realizado de forma ordenada e sustentável; o turismo existente é considerado desordenado, sendo apontado nas interações negativas e como agente de problemas ligados ao lixo na ARIEG. Foi colocado pelos participantes que, para o desenvolvimento da potencialidade turística, são necessárias ações de capacitação de funcionários e

comunidades, divulgação de roteiros, estudos de mercado e melhorias na infraestrutura de locais interessantes para visitação, especialmente de recepção de turistas nas comunidades. Essas ações precisam do envolvimento de diferentes atores, como as próprias comunidades locais, empresas e agências de turismo, governos municipais e estadual, entre outros (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Dessa forma, podemos concluir que diante do potencial turístico diagnosticado no DP (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) a solução apresentada para a gestão turística na comunidade do Marujá pode ser entendida como uma das boas práticas para se espelhar na região onde se insere a ARIEG. Obviamente, que cada segmento turístico tem suas especificidades naturais, mas se tomarmos por base que o envolvimento direto das comunidades nos processos de planejamento participativo dos planos de turismo para a região é a melhor forma de enraizar, ampliar e democratizar o alcance dos benefícios gerados por esse segmento, o caso específico da comunidade do Marujá merece ser compreendido mais profundamente. Claro que existem conflitos na vida cotidiana com esse processo participativo, mas nada que acordos bem negociados com todos os atores sociais envolvidos não possam superar sem maiores problemas. Por outro lado, existe o desafio relacionado as especificidades dos objetivos e da gestão de cada categoria de UC. Se por um lado as UC's de proteção integral tem uma relação mais direta com usuários e moradores, possibilitando um maior estreitamento dessa relação e do estabelecimento de acordos de co-gestão do turismo, por outro lado, a gestão das APAM's tem que lidar com o relacionamento entre os mais diversos e múltiplos atores sociais. Sem dúvida, esse é ponto que pode alterar a dinâmica de envolvimento com os comunitários em relação a gestão dos diferentes segmentos turísticos na área da ARIEG.

Por outro lado, não podemos deixar de analisar a situação específica das comunidades caiçaras de Pedrinhas e da Barra do Ribeira, cujo potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária é latente e pujante, mas que devido a ausência de planejamento turístico deixou-os a mercê das influências negativas geradas pelas atividades turísticas praticadas de forma desordenada em sem o respeito básico ao seu saber-fazer e ao seu modo de vida rico e peculiar.

A região apresenta também um imenso potencial relacionado ao desenvolvimento ordenado do chamado ecoturismo. O Diagnóstico Participativo identificou que umas das principais potencialidades ligadas ao turismo se devem principalmente, ao desenvolvimento do ecoturismo em locais especificados. Esse potencial está relacionado aos recursos naturais existentes na ARIEG, sendo considerada potencialidade se realizado de forma ordenada e sustentável. Apesar de representarem ameaças se praticados de maneira desordenada e irregular, algumas atividades também representam potencialidades para a gestão e usos sustentável da ARIEG, devido às características ambientais e demanda das práticas que podem ser observadas, desde que adotados hábitos de baixo impacto. Neste sentido pode-se citar a prática de ecoturismo, seja de base comunitária, para práticas de esportes ou com fins educativos e pedagógicos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

A região apresenta outro exemplo de boa prática relacionada ao turismo educacional e turismo científico praticado em outra UC da região, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (MOAES & LIGNON, 2012). Sem dúvida, existe potencial de exploração turística sustentável do ecossistema de manguezal. Segundo Cunha-Lignon (2007 *apud*. OAES & LIGNON, 2012), o turismo em áreas de manguezal no Brasil deve ser valorizado e multiplicado, de modo que os futuros tomadores de decisão do país se conscientizem da riqueza e importância desse ecossistema.

Berchez *et al.* (2007 *apud*. MOAES & LIGNON, 2012), em sugestão de modelos de educação ambiental em UCs ligadas a ecossistemas marinhos, desenvolveram atividades em caiaques nos manguezais da Praia Dura (Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo), denominada 'Trilha em Caiaque'. Segundo

os autores, esse modelo teve pequeno número de visitantes em virtude de problemas logísticos, incluindo a dificuldade de acesso ao manguezal. Apesar disso, os autores afirmam que as atividades podem ser desenvolvidas em grupos fechados em outras Unidades de Conservação (MOAES & LIGNON, 2012). Destaca-se como boa prática, a recente aprovação de um projeto pela Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOANCA) junto ao Instituto Linha D'água, o qual possibilitará a aquisição de caiaques que serão utilizados em roteiros ecoturísticos em UC's da região de Cananéia.

Os passeios turísticos em manguezais já são realizados em diversos locais do Nordeste Brasileiro, principalmente no sul da Bahia, aonde este atrativo turístico vem demonstrando as suas potencialidades científicas para estudantes e culturais para turistas. A prática do turismo em áreas de manguezais, além de ser uma opção para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, nas comunidades caiçaras, deve promover também, atividades voltadas principalmente a educação ambiental. Sendo assim os manguezais constituem atrativos ecoturísticos consideráveis, que, juntos a outras ofertas turísticas, poderiam integrar “pacotes turísticos” acompanhados por safáris fotográficos de espécies da fauna e flora, bem como passeios de barco através de rios e canais (ALMEIDA & SUGUIO, 2010).

3.3.5.7 CENÁRIOS FUTUROS

Segundo Pretti (2008), a implantação da atividade turística deve ser antecedida de um planejamento. A autora afirma que é importante lembrar que o planejamento tem a tendência de se impor à população, porém os modelos de planejamento devem ser compatíveis com as especificidades e a realidade de cada região. Por isto vê a necessidade de um planejamento participativo. Acredita ainda que, através do planejamento participativo, os municípios possam alcançar o desenvolvimento, no amplo sentido deste termo. Um desenvolvimento que parta da existência de uma sociedade que tenha autonomia para gerir os seus destinos, ou seja, eleger suas prioridades e os meios para concretizá-las, até mesmo para organizar a atividade turística conforme seus interesses e necessidades. Assim, considera que, se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos de seu município, o turismo ou qualquer outra atividade dificilmente conseguirá trazer um desenvolvimento socioespacial. Segundo ela, o envolvimento da comunidade local junto à atividade turística em seu espaço vivido é fundamental, sendo que, quando o turismo é planejado, tal integração é bem mais provável (PRETTI, 2008). Levando em consideração a importância dos estudos de capacidade de carga turística, por permitir a redução dos impactos negativos do turismo, a autora acredita que este deve ser um elemento contemplado no planejamento da atividade turística.

Nesse sentido, Niefer (2002) indica que existe a necessidade imediata de se estabelecer a capacidade de carga visando à mitigação dos impactos relacionados ao uso turístico da região. A capacidade de carga (limites de câmbio aceitáveis, técnicas de manejo de visitantes) mede a fragilidade do destino e identifica mudanças na sua capacidade de suportar atividades turísticas. Estima o número possível de turistas praticando as atividades mais comuns no local. Um manejo correto pode aumentar este número.

Para Takahashi (1998), a realização de muitos trabalhos e a comprovação de que não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos em uma área e que estes impactos estão muito mais ligados ao comportamento dos usuários do que propriamente ao número de pessoas, resultaram em uma reformulação do conceito de capacidade de carga, conhecida como Limite Aceitável de Câmbio – LAC. Este sistema de planejamento, apresentado por Stankey & colaboradores (1985 *apud*. TAKAHASHI, 1998), passou a ser amplamente adotado e adaptado para as mais diferentes situações com excelentes resultados, pelo que se observa na literatura especializada. A

ideia geral que fundamenta o LAC não é nova nem representa uma mudança radical em como o planejamento é conduzido (HENDEE *et. al.*, 1990 *apud*. TAKAHASHI, 1998). Não se trata de um novo conceito, mas uma reformulação do conceito de capacidade de carga, desenvolvido em resposta ao reconhecimento de que as metodologias anteriormente desenvolvidas e adotadas para definir e estabelecer a capacidade de carga recreativa em unidades de conservação eram deficientes (McCOOL, 1996 *apud*. TAKAHASHI, 1998).

No Brasil, porém, tanto o manejo como o nível de pesquisa em unidades de conservação é ainda incipiente. Os problemas com os impactos da visitação existentes na maioria das áreas abertas ao uso público não são sequer tratados. A limitação de recursos, equipamentos e, principalmente pessoal, é uma constante. Tendo em vista tais aspectos e considerando que o desenvolvimento desordenado da recreação em unidades de conservação brasileiras pode comprometer os demais objetivos fundamentais para os quais elas foram estabelecidas, é relevante destacar a necessidade de realizar uma investigação sistemática sobre os impactos do uso recreativo para descobrir novos fatos ou princípios (TAKAHASHI, 1998). O sistema de planejamento LAC contém nove etapas distintas para melhorar a eficiência de sua implementação e o mais importante é que os administradores compreendam a base lógica de cada etapa e sua sequência no processo total (STANKEY *et. al.*, 1985 *apud*. TAKAHASHI, 1998).

Para que a implantação da atividade turística ocorra de forma favorável ao meio ambiente e às comunidades receptoras, em prazo relativamente curto, torna-se necessário que os poderes públicos e a iniciativa privada dediquem urgente atenção a questões de infraestrutura, para evitar que se repitam na região os problemas verificados em outras partes, quase todos eles decorrentes de programação pessoal inexistente e, por isso mesmo, de um amadorismo que resulta, quase sempre, como ineficiente em termos de prestação de serviços e rentabilidade. Sabe-se que administrar o turismo como atividade econômica forte, geradora de benefícios, buscando fazer com que ela realmente atenda às necessidades dos turistas, mas, principalmente da comunidade envolvida, não é tarefa fácil, pois esta atividade é repleta de singularidades. Para tanto, cresce a necessidade das Instituições Governamentais, Empresariais e Organizações não Governamentais incluírem em seus projetos políticos e pedagógicos programas que possam garantir a preservação e a conservação desses locais, para que tanto o residente como o visitante conheçam melhor a história e a cultura local e passem a aproveitar esses espaços de forma consciente e prazerosa (PRETTI, 2008).

No cenário em que se insere a ARIEG, o zoneamento de uma unidade de conservação é o instrumento de planejamento que objetiva diferenciar os usos atribuídos a sua área conforme suas características, potencialidades e usos atuais (ICMBio/MMA, 2008). No Plano de Manejo da APACIP existem normas que visam ao ordenamento do território como um todo, sendo que as normas gerais, que envolvem legislação muitas vezes existente, são fundamentais para a implementação da unidade de conservação (ICMBio/MMA, 2016). Assim, o zoneamento da APAMLS e ARIEG deve considerar, além dos seus objetivos, a legislação vigente, os aspectos ambientais e socioambientais da UC, com foco nos usos do território e nas áreas definidas como de relevância ambiental, além daquelas indicadas como vulneráveis, impactadas e degradadas. Parte dessas informações foi trabalhada no DP e poderão subsidiar o referido zoneamento. No entanto, é essencial a observância da avaliação técnica sobre as características ambientais e socioeconômicas da ARIE Guará, que embasará todo o processo de zoneamento (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Em relação ao turismo, o DP aponta, principalmente, que a ARIEG foi citada pela sua importância na manutenção dos recursos pesqueiros e biodiversidade da região. Tal relevância deve-se fundamentalmente à presença do fragmento de manguezal na abrangência da UC, levantada

principalmente pelos grupos de pesca artesanal de emalhe, pesquisadores e representantes de ONG, devido. Esse ecossistema foi considerado imprescindível para uso de espécies marinhas de peixes, aves e crustáceos como área de berçário, ou seja, do qual depende a reposição de indivíduos às populações. Além disso, a área foi considerada um importante ponto de repouso de aves migratórias, que muitas vezes a utilizam também para construção de ninhais (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Segundo Duke *et. al.*, (2007 *apud.* CUNHA-LIGNON; MENGHINI, 2009) medidas efetivas de política de conservação e de educação devem ser aplicadas, de modo a modificar o cenário atual de redução de áreas de manguezal, de forma que futuras gerações possam utilizar os bens e serviços ofertados pelo ecossistema.

Em relação ao turismo de pesca, sabe-se que hoje se faz necessária uma política moderna para o setor. Se bem conduzida, a pesca esportiva no Brasil movimentará cada vez mais recursos, além de contribuir para a conservação do ambiente (PRADO, 1999 *apud.* SOUZA, 2004). Em função disto, parece indispensável um melhor acompanhamento técnico-científico dessa atividade, além de um processo de ordenamento voltado para a sua expansão, comprometido com o uso sustentável dos recursos e com a eliminação de potenciais conflitos entre os diferentes usuários dos recursos pesqueiros (DIAS NETO & DORNELLES, 1996 *apud.* SOUZA, 2004).

A falta de ordenamento e acordos com o setor de turismo e outras atividades relacionadas ao trânsito de embarcações, além dos loteamentos que existem no entorno da unidade, geram conflitos na ARIEG (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014). Diante desse cenário, a efetiva proteção da unidade passa pelo estabelecimento de uma fiscalização eficiente, o que demanda recursos material e humano. Para isto, há a necessidade de firmar parcerias com outros órgãos de fiscalização, como o IBAMA, Polícia Ambiental do Estado de São Paulo e a Marinha do Brasil (ICMBio/MMA, 2008).

3.3.5.8 CONTRIBUIÇÃO PARA PLANEJAMENTO DAS UC'S

Com base nos aspectos diagnosticados para as atividades de turismo e recreação na ARIEG, pode-se estabelecer um prognóstico em que muitas ações são fundamentais para se mitigar e controlar a visitação em pontos vulneráveis. Dessa maneira, o tradicional uso turístico recreativo deverá dar lugar a atividades mais brandas, com valorização das culturas locais, proteção ao meio ambiente, educação ambiental e geração de emprego e renda.

De forma geral, SWARBROOKE (2000 *apud.* CARVALHO & BARRELA, 2004) aponta outras sugestões para diminuir o impacto do turismo litorâneo, das quais se destacam: a) manter um diálogo com a comunidade local, regularmente; b) melhorar a participação dos moradores no desenvolvimento futuro mediante oportunidades de investimento para empresários locais, além de empreendimentos conjuntos que tragam benefícios para a comunidade local; c) melhorar a colaboração entre os órgãos governamentais e as operadoras turísticas locais. Para Carvalho & Barrella, esses pontos também são importantes para os balneários de Ilha Comprida, Porto Cubatão, Barra do Ribeira.

A seguir, apresentaremos possíveis contribuições para o planejamento e zoneamento da ARIEG de acordo com cada segmento turístico identificado na região:

3.3.5.8.1 Turismo de sol e praia

Os resultados da pesquisa realizada por Campos (2013) permitem afirmar que as pressões antrópicas no território da Ilha Comprida limitam e podem inviabilizar a conservação da paisagem. A análise da estrutura da paisagem, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da Geoecologia ou Ecologia da Paisagem, identificou três setores heterogêneos do território da Ilha Comprida. Um padrão

observado é a maior intensidade e recorrência das unidades de usos antrópicos nas faixas de território mais próximas da praia, onde se adensaram a abertura de vias, adequações da drenagem (valas e tubulações) e construções para serviços e comércios associados ao turismo (CAMPOS, 2013).

Indicamos algumas medidas que podem ser adotadas pela gestão da ARIEG para tentar minimizar os impactos ambientais na Ilha Comprida, que tendem a crescer exponencialmente em função da explosão populacional, tanto permanente quanto temporária, algumas medidas de mitigação poderiam ser tomadas, tais como:

- a) Campanhas de conscientização ambiental dos munícipes e dos turistas tratando da existência da UC, das boas práticas relacionadas ao turismo sustentável, da campanha “verão limpo”, dos mutirões de limpeza de praia entre outros;
- b) Articulação multi-institucional visando à criação e a promoção de campanhas de coleta seletiva e de reciclagem de resíduos sólidos sob-responsabilidade da Prefeitura Municipal;
- c) Articulação para fomentar a discussão institucional relacionada a ampliação da rede de esgotos e da capacidade de tratamento para atendimento à toda população do município;
- d) Coordenação do processo de organização para o credenciamento oficial de setores ecoturísticos que atuem nas áreas dos ecossistemas da ARIEG; e
- e) Regulamentação completa dos loteamentos clandestinos e demarcação clara dos limites da ZVS (Zona de Vida Silvestre) e ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) da APA de Ilha Comprida.

Finalmente, tendo em vista toda a dinâmica sistêmica de ocorrência dos processos litorâneos de erosão e progradação percebe-se, desde já, a crescente necessidade da aplicação de leis e critérios rígidos quanto à manutenção de uma faixa de não edificação na orla marítima, visando maior proteção e preservação da paisagem costeira, além da minimização de desastres que constantemente vêm causando perda de vidas (LIMA & OLIVEIRA, 2012).

3.3.5.8.2 Turismo náutico e turismo de pesca (Pesca Amadora)

De forma ampla, a organização de planos de ações para a região deve ser direcionada em três linhas principais: a) organização econômica da atividade turística; b) capacitação de mão de obra qualificada; c) educação ambiental para turistas e população local. Assim, para que o turismo possa se estabelecer como uma atividade eficiente economicamente e sustentável do ponto de vista ecológico, social e cultural na região do Vale do Ribeira, é necessário considerar três pontos básicos. O primeiro diz respeito ao estabelecimento de infraestrutura básica dos municípios, o segundo diz respeito ao envolvimento das comunidades no processo de planejamento e gestão da atividade turística, e o terceiro está relacionado à criação de uma infraestrutura de apoio turístico (CARVALHO & BARRELLA, 2004).

No Diagnóstico Participativo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014) foi destacado por alguns subsegmentos, principalmente pescadores artesanais e pesquisadores, a necessidade de que os pescadores amadores estejam cientes de todas as regras envolvidas na atividade como, por exemplo, as cotas de captura, tamanho mínimo de captura, e conhecimento sobre as áreas de restrição à pesca. De fato, os poucos estudos disponíveis sobre pesca amadora na região do Litoral Sul que abordaram a questão das normativas evidenciaram que grande parte dos praticantes de pesca amadora desconhece essas normas e alguns sequer portam a licença para pesca amadora expedida pelo Ministério da

Pesca e Aquicultura (MPA). Além da boa conduta e cumprimento das normas por parte dos pescadores amadores, parte da responsabilidade pelo desenvolvimento correto da atividade também foi atribuída aos guias de pesca e funcionários das marinas, que funcionam como apoio à pesca amadora. Durante as oficinas foi bastante ressaltada a necessidade de que os guias de pesca sejam devidamente capacitados e demonstrem condutas responsáveis com o ambiente e com os outros usuários (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Sem dúvida, torna-se necessária a criação de arranjos multi-institucionais visando a organização e a promoção de cursos profissionalizantes na região, em especial os cursos de “Guia de Turismo Regional” e “Guia de Turismo especializado em atrativo turístico”, ambos reconhecidos e regulados pela lei nº 8.623/93 e Decreto nº 946/93, bem como, de “Condutor de Turismo de Aventura” e “Condutor de Turismo de Pesca”, recentemente incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cadastro gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale ressaltar novamente, que não existem dados confiáveis e que existe a necessidade de levantamento de informações precisas sobre a pesca amadora e/ou esportiva para que se possa fazer uma análise mais aprofundada desse segmento turístico.

Vale ressaltar novamente, que não existem dados confiáveis e que existe a necessidade de levantamento de informações precisas sobre o turismo náutico e sobre pesca amadora e/ou esportiva para que se possa fazer uma análise mais aprofundada desse segmento turístico na região. O plano de manejo da APACIP (ICMBio/MMA, 2016) determinou algumas regras para o ordenamento turístico, com especial atenção à presença de cetáceos, que poderiam ser utilizadas e/ou adaptadas para a ARIEG. Nesse caso, a inclusão de grandes cetáceos em futuras normas poderá colaborar diretamente para eventuais encontros e/ou programas de turismo de observação direcionados a esses animais na área da APAMLS. Algumas sugestões de normas que poderiam ser adaptadas para a APAMLS são:

- O uso de moto aquática jet-ski em áreas de ocorrência de cetáceos somente poderá ocorrer para deslocamento em velocidade reduzida e proibidas as mudanças bruscas de direção.
- Deverão ser divulgadas, em local de embarque e desembarque de visitantes, informações sobre segurança náutica e regras de tráfego, bem como de boas práticas ambientais.
- É permitida a prática de esportes náuticos, desde que não interfiram no comportamento dos cetáceos e nas atividades pesqueiras tradicionais.
- É proibido emitir ruídos e utilizar instrumentos sonoros tais como rádio, apito, instrumentos de percussão, fogos de artifício, sinalizadores e sirene que resultem no afugentamento intencional das aves. Excetuam-se as manifestações culturais tradicionais.
- É permitido o tráfego de quaisquer tipos de embarcação, desde que atenda às normas da Marinha, contribuindo ao atendimento da Meta 3 do PAN dos Pequenos cetáceos.

3.3.5.8.3 Ecoturismo

Apesar de representarem ameaças se praticados de maneira desordenada e irregular, algumas atividades também representam potencialidades para a gestão e usos sustentáveis na ARIEG, devido às características ambientais e demanda das práticas que podem ser observadas, desde que adotados

hábitos de baixo impacto. Neste sentido pode-se citar a prática de ecoturismo, seja de base comunitária, para práticas de esportes ou com fins educativos e pedagógicos (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2014).

Segundo ALMEIDA (2008), no município de Ilha Comprida as opções ecoturísticas são numerosas, mas a completa falta de planejamento para a gestão e promoção adequada limita a realização de alguns esporádicos passeios, tais como: a) trilhas ecológicas; b) safári fotográfico de aves; c) esportes náuticos; d) praias do Boqueirão Sul; e) praias do Extremo Norte; e f) praias do Boqueirão Norte.

Em relação ao turismo nas áreas de manguezal, os dados quali-quantitativos da visitação no Núcleo Perequê do PEIC poderão dar subsídios ao planejamento das atividades turísticas educacionais, reduzindo os impactos negativos acarretados em áreas de manguezal, decorrentes da visitação. Essas medidas podem ser adotadas no ordenamento relacionado a visitação em áreas de manguezal no território da ARIEG e entorno. Como o manguezal constitui uma APP (Área de Preservação Permanente), os turistas deverão ser alertados para os cuidados necessários. Todas as atividades desenvolvidas nos roteiros turísticos em manguezais devem levar em consideração as boas práticas do ecoturismo, com medidas efetivas que assegurem a satisfação do turista, sem descuidar da sua conservação. As atividades turísticas devem ser estabelecidas pelas autoridades para despertar a comunidade local para a importância do manguezal e, com isso, criar uma nova fonte de renda para economia local (ALMEIDA, 2008). Vale ressaltar que o plano de manejo da APACIP indica o apoio e incentivo ao ecoturismo na “Zona de Conservação dos Manguezais – ZCM” (ICMBio/MMA, 2016). Assim, as atividades turísticas devem ser estabelecidas pelas autoridades para despertar a comunidade local para a importância do manguezal e, com isso, criar uma nova fonte de renda para economia local (ALMEIDA, 2008).

Os campos de dunas também fazem parte da APP (Área de Preservação Permanente), portanto, os passeios de turistas deverão ser limitados em área, com roteiros turísticos que devem levar em consideração as boas práticas do ecoturismo, que sempre vise a sua conservação (ALMEIDA, 2008).

Em relação à observação de aves, Portaria Normativa FF/DE nº 236/16 dispõe sobre procedimentos para realização da atividade de Observação de Aves nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal. O plano de manejo da APACIP permite a aproximação a ninhas somente para observação de aves e pesquisa. Nos casos de observação, deve ser feita em silêncio e é recomendada a presença de monitor ambiental ou condutor de turismo embarcado. A APACIP cadastrará as embarcações de turismo que utilizem esta área. Os guias de turismo embarcado, os monitores ambientais e os condutores de outras embarcações deverão realizar o monitoramento da atividade, em procedimento a ser estabelecido junto ao APACIP (ICMBio/MMA, 2016). Essas medidas também podem ser adaptadas e inseridas dentro do zoneamento da APAMLS e ARIEG.

O ecoturismo científico é praticado na região sem o apoio e divulgação pelos municípios locais, embora o estabelecimento e promoção da atividade devam ser da responsabilidade conjunta dos três municípios que significaria um grande benefício para si mesmo (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

3.3.5.8.4 Turismo Comunitário

Outra vertente de uso público a ser fortalecida é o turismo de base comunitária, já em curso na região da APACIP e que começa a ser assimilada por moradores tradicionais como benéfica à geração de renda e visando a exploração saudável do ecoturismo e o envolvimento socioeconômico das comunidades na sua diversidade cultural e social (ICMBio/MMA, 2016). Nesse caso, a contribuição

para o planejamento e gestão da ARIEG diante de futuros cenários poderá vir do já citado processo participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas que viabilizou o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá e subsidiou a formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC, além de outros regulamentos gerenciais.

Sem dúvida, esse modelo de gestão poderá ser adaptado e incorporado no programa de gestão da ARIEG para que futuramente possa ser implantado de forma gradual e participativa em todo o seu território.

3.3.5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta perspectiva apresentada, verifica-se que a área de estudo necessita de investimentos para alcançar seu pleno desenvolvimento socioeconômico, porém esta busca deve ser direcionada às características locais e desenvolvimento sustentável da região. Aliado ao desenvolvimento socioeconômico, a conscientização da população acerca da importância ambiental com a finalidade da conservação de seus recursos naturais e patrimônio histórico (DIAS & OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, devem-se priorizar pesquisas necessárias à normatização e monitoramento no território, destacando os temas ligados ao turismo, bem como, promover estudos diagnósticos e prognósticos acerca do turismo, destacando estudos de capacidade suporte (ICMBio/MMA, 2016).

Torna-se extremamente necessário incentivar que as atividades de turismo sejam acompanhadas de monitores ambientais ou profissionais aptos (ICMBio/MMA, 2016), de acordo com resolução SMA nº 32/1998, que regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas Unidades de Conservação do Estado, e com a lei federal nº 8.623/93 e o decreto nº 946/1993 dispõem e regulamentam a profissão de Guia de Turismo, incluindo a atividade de “condutor de turismo” que recentemente passou a ser reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Importante frisar que existe a urgente necessidade de revisão da resolução citada, pois a mesma encontra-se desatualizada em relação a legislação federal, o que muitas vezes torna inviável que profissionais locais regulamentados pelo Ministério do Turismo e Secretaria de Estado do Turismo atuem em Unidades de Conservação, uma vez que não atendem as especificações da resolução SMA nº 32/1998. Acreditamos que dessa maneira a ARIEG poderá incentivar que moradores locais, inclusive de comunidades tradicionais, atuem como guias regionais, condutores de turismo de pesca e/ou condutores de turismo de aventura.

Finalmente, como prevê o plano de manejo da APACIP indicamos que deve-se incentivar o turismo de base comunitária (ICMBio/MMA, 2016) como forma prioritária de se promover práticas capazes de gerar subsídios sociais e econômicos para o enraizamento do turismo sustentável em toda a região. Ressalta-se que conforme mostram experiências internacionais as terceirizações visando a alcançar o equilíbrio financeiro das Unidades de Conservação por meio, principalmente, da exploração do uso público, podem trazer consequências negativas para os três elementos do ecoturismo: conservação do meio ambiente, conscientização ambiental dos visitantes e envolvimento da comunidade local (MATHEUS & RAIMUNDO, 2015).

3.3.5.10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. Turismo sustentável na planície costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP). 196 f. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Universidade de Guarulhos, Guarulhos: 2008.

- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Caracterização geoambiental dos manguezais brasileiros e suas potencialidades para o ecoturismo. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, p.5-19. 2011.
- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Turismo sustentável na planície costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP). *Revista Acta Geográfica*, p.143-158. 2010.
- ARARIPE, C. A.; FIGUEIREDO, P. J. M.; DEUS, A. S. Zoneamento de APA. Preocupação com capacidade de Suporte ou garantia da ação antrópica capitalista? O Caso de Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 4, Anais. Brasília: ANPPAS, 2008.
- BECEGATO, J. L. Impacto ambiental antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da Ilha Comprida (SP), da Pré-História à atualidade. 111 f. Dissertação de Mestrado em Análise Geoambiental. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Universidade de Guarulhos. Guarulhos: 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Náutico: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. *Revista do Instituto Florestal e IF. Série Registros*: p.39-49. 2008.
- CAMPOS, W. W. Análise e mapeamento da estrutura da paisagem da Ilha Comprida, no litoral sul de São Paulo. 167 f. Dissertação de Mestrado em Geografia Física. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.
- CARVALHO, D.; BARRELLA, W. Estrutura Turística Envolvida na Pesca Desportiva da Região Sul de São Paulo. *Turismo em Análise*, p.185-198. 2004.
- CHOI, H. C; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, nº 27, p. 1274-1289. Elsevier, 2006.
- CUNHA-LIGNON, M.; MENGHINI, R.P. Estudos de Caso nos Manguezais do Estado de São Paulo (Brasil): Aplicação de Ferramentas com Diferentes Escalas Espaço-Temporais. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, p.79-91. 2009.
- DIAS, R. L. Zoneamento geoambiental da região do litoral sul do Estado de São Paulo como subsídio ao uso e ocupação das terras: um estudo de caso dos municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia. 204 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2012.
- DIAS, R. L., OLIVEIRA, R. C. Caracterização socioeconômica e mapeamento do uso e ocupação da terra do litoral sul do Estado de São Paulo. *Soc. e nat.*, p.111-123. 2015.
- FANDÉ, M. B.; PEREIRA, V. F. G. C. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. *REGET*, p.1170-1178. 2014.

GUIA DO TURISMO BRASIL. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/8nJjba>>. Acesso em: 18 de novembro de 2016.

HENRIQUE, W; MENDES, I. A. Zoneamento ambiental em áreas costeiras: uma abordagem geomorfológica. In: GEARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Orgs) Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de geografia contemporânea. Rio Claro: 2001.

HOPPEN, R. C. H; SCHIRIGATTI, E. L.; TROCOLLI, I. R. Potencial de exploração dos atrativos de Ilha Comprida (SP) sob a ótica de representantes do turismo local. Caderno Virtual de Turismo, p.30-45. 2013.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Estação Ecológica dos Tupiniquins. Brasília: 2008.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de ação nacional para a conservação dos mamíferos aquáticos: pequenos cetáceos. Brasília: 2010.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de ação nacional para conservação dos mamíferos aquáticos: grandes cetáceos e pinípedes: versão III. Brasília: 2011.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo APA Cananéia Iguape Peruíbe. Brasília: 2016.

ILHA COMPRIDA, (Município). Prefeitura Municipal de Ilha Comprida. 2016. Disponível em: <<http://www.visiteilhacomprida.com.br/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

JUNIOR, I. C.; RODRIGUES, D. F.; FIGUEIREDO, L. A. V. Percepções Ambientais e Narrativas Visuais da Transformação da Paisagem e suas Relações com o Turismo na Ilha Comprida (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, p. 634-651. 2016.

LIMA, C. O.; OLIVEIRA, R. C. Os processos de erosão e progradação no município de Ilha Comprida-SP. Revista Geonorte, p.902–915. 2012.

LUCIO, C. F. Natureza e Cultura como commodities: um estudo antropológico sobre três iniciativas de empreendedorismo étnico de cunho sustentável na comunidade quilombola do Mandira, Cananéia/SP. 599 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2013.

MACHADO, I. C.; MENDONÇA, J. T. Gestão pesqueira participativa do Complexo Estuarino-lagunar de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Eds.). Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4, p.79-98. Brasília: 2007.

MARINHO, M. A. Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananéia, SP). 175 f. Tese de Doutorado em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

- MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. O envolvimento das comunidades locais nas políticas de uso público em áreas protegidas no Estado de São Paulo. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos /ABET*, p.45-54. 2015.
- MENDONÇA, J. T. Caracterização da pesca artesanal no litoral sul de São Paulo. *Bol. Inst. Pesca*: p.479-492. 2015.
- MOAES, H. M. T.; LIGNON, M. C. Caracterizando os Visitantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP): subsídio para o planejamento de atividades turística-educacional em áreas de manguezal. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, p.648-665. 2012.
- MOTTA, F. S.; MENDONCA, J. T.; MORO, P. S. Collaborative assessment of recreational fishing in a subtropical estuarine system: a case study with fishing guides from south-eastern Brazil *Fisheries Management and Ecology*, p. 1-12. 2016.
- MULER, M.; ROMERO, A. F.; RIEDEL, P. S.; PERINOTTO, R. R. C. Ações de resposta para emergência em caso de derrames de óleo no mar e proposta de implementação de sistema de informação voltado à sensibilidade ambiental para o litoral sul paulista, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management*, p.397-407. 2011.
- NASCIMENTO J. R., GIANNINI, D. R.; TANAKA, P. C. F.; GUEDES, A. P. B.; Mudanças Morfológicas da Extremidade NE da Ilha Comprida (SP) nos Últimos Dois Séculos. *Revista Geol. USP - Sér. Cient*: p. 25-39. 2008.
- NIEFER, I. E. Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como um instrumento para um turismo sustentável. 237 f. Tese de Doutorado em Ciências Florestais. Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2002.
- OLIVEIRA, I. S. S.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A. Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. *Caderno Virtual de Turismo*, p.46-55. 2008.
- OTT, W. *Environment indices: theory and practice*. Michigan: Arnn Arbor, 1978.
- PRETTI, V. Q. Os recursos naturais e culturais dos municípios de Iguape e Cananéia: um estudo das relações do turismo como forma de desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. 111 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2008.
- RODRIGUES, A. A. B. *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente - Coleção Turismo*. 5ª ed. Campinas: Papirus, 1999.
- SÃO PAULO, (Estado). *Plano de Ordenamento das Atividades da Cadeia Produtiva da Pesca Amadora nas APAMs do Estado de São Paulo. Diagnóstico da Pesca Amadora no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Florestal, 2015.

SÃO PAULO. (Estado). Diagnóstico participativo APA Marinha do Litoral Sul e ARIE Guará. São Paulo: Fundação Florestal, 2015.

SOUZA, C. R. G. Laudo técnico em resposta ao Ofício no 003/2015 – gco / Ref. IC no 049/08 – GAEMA-VR, encaminhado à Fundação Florestal, mas com citação ao Laudo Técnico sobre a erosão do esporão arenoso, elaborado em 2012 (Processo IG: 11.824/2011). São Paulo: Instituto Geológico, 2015.

SOUZA, M. R. Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira. 120 f. Dissertação de Mestrado em Ecologia de Agrossistemas. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba: 2004.

SOUZA, T. A.; OLIVEIRA, R. C. Análise cartográfica das alterações das feições geomorfológicas decorrentes da ocupação da Ilha Comprida/SP entre 1962 e 2012. Revista Ra'e Ga, p.123-149. 2015.

TAKAHASHI, L. Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná. 144 f. Tese de Doutorado em Engenharia Florestal. Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998.

TODESCO, C. Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no vale do Ribeira. 208 f. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007.

TODESCO, C. Presença ausente e ausência presente do Estado na produção do espaço para o turismo no Vale do Ribeira paulista. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, nº 9, 2010. Disponível em: <<https://confins.revues.org/6484?lang=pt>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

WIECZOREK, A. Mapeamento de sensibilidade a derramamentos de petróleo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso - PEIC e áreas do entorno. 157 f. Dissertação de Mestrado em Geociências e Meio Ambiente. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2006.

YKEMOTO, F. Y. Perspectivas turísticas da Barra do Ribeira. 73 f. Monografia em Gestão de Negócios em Turismo. Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília: 2008.